

OS ESTUDOS DO TEMPO NA GEOGRAFIA HUMANA BRASILEIRA

ROSANA FIGUEIREDO SALVI¹

SALVI, R. Os Estudos do Tempo na Geografia Humana Brasileira. *Semina: Ci. Soc./Hum.*, Londrina, v. 15, n. 3, p. 250-259, set. 1994.

RESUMO: O trabalho objetiva compreender as concepções de Tempo na Geografia Humana Brasileira desde a escola clássica até os dias atuais, com especial ênfase nas proposições de Milton Santos entre outros geógrafos contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Tempo, Temporalidade, Espaço, História, Historicidade, Evolução do conhecimento geográfico, Epistemologia da Geografia.

1 – INTRODUÇÃO

Segundo ANDRADE (1989), estudioso da evolução do pensamento geográfico brasileiro, a formação de uma geografia brasileira com caráter eminentemente científico, deu-se a partir da década de 30 com a criação do IBGE e das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, onde funcionavam os cursos de Geografia e História.

Três tendências originais teriam contribuído na formação dos geógrafos brasileiros.

A tendência dos estudos geográficos ligada ao IBGE exprimiu-se na geopolítica com base ratzeliana até os anos 40 e 50, estando sua preocupação voltada para uma nova divisão territorial que projetasse o Brasil no continente sul-americano. São representantes desse período Teixeira de Freitas, Everardo Backheuser e militares como Mario Travassos e Osório da Rocha Diniz.

A tendência verificada nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, foi voltada para a formação de professores de ensino médio, tendo-se originado a partir de Delgado de Carvalho – geógrafo formado na França – e em 40 e 50 passaram seus estudantes a integrar o quadro de pesquisadores do IBGE.

Assim, o estudo do espaço brasileiro nas escolas de Filosofia iniciou-se dentro dos modelos da escola geográfica francesa, vindo muitos professores franceses trabalhar no Brasil como Pierre Deffontaines, Pierre Mombéig e Francis Ruellan. Essa influência passaria a ser característica também no IBGE a partir de 1940, período explosivo para os Boletins Geográficos e para a Revista Brasileira de Geografia.

Uma outra tendência inicial do pensamento geo-

gráfico estaria expressa nos “ensafistas” como Gilberto Freire, Josué de Castro e Caio Prado Júnior.

Essas três vertentes consolidaram a geografia brasileira e nos preocuparemos aqui com a evolução da Geografia nas escolas de Filosofia, onde as mudanças no pensamento geográfico deram-se por etapas, em fases que vão de 1930 a 1960; de 1960 ao final de 1970 e de 1980 em diante. Essas subdivisões são marcadas por polêmicas que se verificam nas discussões geográficas. Nos prenderemos àquelas cuja preocupação com a análise temporal foram e são expressas.

Iniciaremos o trabalho considerando a natureza das formulações teóricas sobre o tempo. Após tais considerações, faremos uma rápida exposição dos procedimentos analíticos da Geografia Clássica segundo seu teor temporal e, finalmente, nos preocuparemos mais detalhadamente com a concepção atual dessa temática através dos seus mais significativos propositores.

2 – A NATUREZA DAS FORMULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ESPAÇO E O TEMPO

Algumas das polêmicas conceituais sobre o espaço e o tempo, dizem respeito à determinação dos elementos espaço-temporais, à qualidade de se reduzirem uns aos outros ou de se reduzirem a coisas e eventos e à consequência das diferenças ontológicas dessas conceituações.

As teorias que propõem que o espaço e o tempo são redutíveis a coisas e eventos são chamadas “teorias relacionais”, enquanto as que defendem a sua irreduzibilidade, são denominadas “teorias absolutas”.

Com relação ao tempo, as teorias podem caracteri-

1 - Departamento de Geociências/CCE - Universidade Estadual de Londrina, Fone: (043) 321-2000 - Ramal 4246, Caixa Postal 6001, Londrina, Paraná, Brasil, CEP 86051-970.

zar tanto eventos físicos, quanto mentais. As que sustentam a primeira definição recebem o nome de "teorias objetivas", enquanto as que sustentam a segunda definição recebem o nome de "teorias subjetivas".

Com respeito a forma das estruturas temporais, existem elaborações mentais e também sistêmicas que se dão a partir de noções como a de tempo cíclico, a de tempo cronológico, a de tempo contínuo, a de tempo retilíneo, a de tempo rítmico, a de tempo métrico, etc.

Houve ainda várias concepções analíticas do tempo, sendo suas diferenciações estipuladas pelas diferentes áreas interessadas.

O problema do tempo pode ser estudado sob o aspecto psicológico, ou seja, como é que nós o apreendemos. É a impressão do "antes" e "depois" que as coisas gravam na mente; o sentimento de presença das imagens que se sucedem, sucederam ou não de suceder, referidas a uma anterioridade. O tempo psicológico não é mais do que a percepção dessa sucessão contínua no campo da consciência com aspecto de localização e de anterioridade: o tempo pertence à consciência.

O tempo pode ainda ser analisado sob o aspecto ontológico, ou seja, como ele é em si mesmo. Para ser estudado na sua metafísica, não se pode dividi-lo no "antes" e no "depois", mas considerá-lo na sua síntese de continuidade. Assim, o tempo é tido como indivisível, pois ele não é apenas uma sucessão de instantes separados, mas sim, um contínuo e, como tal, indivisível.

Existe o conceito de tempo vital ou biológico, que se revela nos sinais do envelhecimento, por exemplo.

Há, ainda, a concepção de tempo astronômico, que pode ser exemplificado nas medições efetuadas para calcular-se a duração do dia e da noite.

Existem também a concepção do tempo social, noção cunhada pela escola sociológica francesa, onde o tempo é uma categoria de pensamento e, como tal, o resultado de uma elaboração simbólica estabelecida diferenciadamente pelas diversas culturas.

Sendo a ênfase dada ao caráter social, esse estudo procura acentuar a relatividade da noção ocidental do tempo em face não só das classificações diversas das demais culturas, mas também das diferentes modalidades em que ela própria se expressa (historicidade, tradição, evolução, revolução, etc.). Por intermédio dessa concepção, introduziu-se nas análises sociais a noção de relatividade cultural do tempo e das suas múltiplas formas.

Há uma diversidade de tempos sociais numa mesma sociedade, como tempo de trabalho, tempo obrigatório ligado ao trabalho, tempo de ocupação familiares, tempo livre, tempo biológico, tempo de ócio, etc., onde cada uma dessas categorias subdivide-se em outras. O tempo de trabalho pode ser aquele tempo profissional ou o da escola, por exemplo. O tempo obrigatório ligado ao trabalho, pode ser o tempo gasto em transporte, o tempo gasto com o serviço profissional. O tempo livre, também chamado de tempo liberado ao trabalho, pode ser aquele tempo de lazer, de práticas religiosas, políticas e sociais. O tempo biológico é aquele gasto para a alimentação, para o sono. O tempo de ócio é aquele que pertence ao

Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 250-259

indivíduo como um direito único e do qual pode dispor como quiser, também chamado tempo discricional.

Há ainda a concepção de tempo incorporada pela economia, que teve sua origem extraída da noção do tempo social, onde se sobressai o controle de tempo. Esse, expressa um setor da área de organização empresarial responsável pela definição do tempo necessário para a realização de determinada função. Essa noção é hoje fundamental para determinar a produção de uma indústria, permitindo ainda, o cálculo de prêmios de incentivo, planejamento de trabalho e custos de produção.

Embora atualmente o processo esteja muito sofisticado, o procedimento para a determinação do controle de tempo partiu da observação do desempenho de funcionários experientes trabalhando normalmente, sendo suas atividades divididas em operações menores e, cada uma delas, cronometrada de forma precisa. São necessárias várias medições e os números são ainda corrigidos em função do esforço necessário para cada operação. O tempo total é dado pela soma dos tempos conseguidos, mais os períodos de descanso, limpeza de equipamento, aquecimento da máquina, etc.

Dentro da concepção de tempo incorporada pela economia, poderíamos falar em tempo disciplinar, que é aquele vinculado aos condicionamentos individuais; em tempo de produção e circulação, que é aquele determinado pela tecnologia disponível; em tempo do capital, que é o da apropriação da natureza, da exploração do trabalho do homem, da extração do recurso natural, e que sobrepõe-se aos outros tempos.

As noções do tempo social e de tempo incorporado pela economia são hoje fundamentais para os trabalhos na área das ciências sociais, de uma maneira geral e, para os trabalhos geográficos, de uma forma específica.

A concepção do tempo histórico, o qual a Geografia herdou, caracteriza-se por dois tipos de sentidos históricos diferenciados. Um, refere-se a uma concepção clássica do tempo histórico e de seus estudos, que se dava de maneira erudita, imparcial, fechada sobre si mesma, separada do presente e baseada na visão do fato e da causalidade histórica. Era a histórica que se fazia baseada na coleção dos "Grandes Estudos Históricos" (ARIES, 1989, p. 13). Seu instrumental de medida do tempo (sempre passado), eram os documentos e os mapas históricos encontrados nos arquivos, museus e bibliotecas nacionais e contados através da crônica, da história-narrativa, de maneira a mostrar a vida dos homens "dominada por acidentes dramáticos; pelo jogo de seres excepcionais que aí surgem, amiúde senhores de seu destino e mais ainda do nosso" (BRAUDEL, 1969, p. 24).

Essa concepção foi desacreditada ao considerar-se a história não unilateral pela disposição do tempo seccionado (dividido) por várias pequenas histórias (as histórias particulares) que dimensionam o real dos acontecimentos totais.

É necessário ainda considerar que os estudos do tempo para a filosofia estiveram sempre ligados à questão do ser, à ontologia, às procuras da existência humana. O tempo, para a ontologia é de fundamental impor-

tância porque o ser é compreendido como tempo.

Outra consideração importante é que muitas das teorias sobre o tempo foram formuladas com base no **Princípio de Causalidade** que norteou o pensamento filosófico e científico moderno. Buscava-se a causa para tudo. Havia sempre um sujeito causador dos efeitos. Essa visão possibilitava que a realidade ficasse submetida a um tratamento técnico.

3 – OS ESTUDOS SOBRE O TEMPO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

3.1 – OS ESTUDOS CLÁSSICOS

Até 1940 os trabalhos no Brasil consideravam a pessoa do Geógrafo como um “viajante” no espaço e também no tempo. Esse tempo resumia-se na noção de passado, presente e futuro apreendidos na concepção histórica e na percepção das durações de momentos que se expressavam nas análises cartográficas e setoriais.

A obra de Paul Vidal de La Blache teve ampla divulgação e, no Brasil, o próprio Delgado de Carvalho foi responsável pela difusão em larga escala da geografia regional vidalina, possibilitando nova dinamização aos estudos geográficos.

Sua maior contribuição foi no campo dos procedimentos metodológicos do ensino de Geografia onde atentou para a construção de um ensino não decorativo do nome de lugares e dos lugares, encontrando em La Blache a fundamentação necessária para refutar a idéia de ser a Geografia o estudo das localizações.

“Localizar os fenômenos e os fatos, foi o principal objetivo da geografia antiga, deixando o estudo dos fatos e fenômenos eles mesmos a outros ramos científicos. Mais tarde foi feito um progresso: ao lado da localização foi feita a distribuição... O terceiro estágio dos progressos geográficos foi marcado pela importância sempre maior dada às correlações existentes entre fenômenos e fatos, às relações de causalidade e de finalidade” (CARVALHO, 1944, p. 9).

A partir de 1940, uma abordagem moderna do espaço exprimia-se em unir teorias de “localização” e “distribuição” (que embasavam procedimentos analíticos antigos em Geografia) com a “correlação” dos fenômenos. Buscava-se, com o novo paradigma, relações de causalidades e finalidades e abria-se o caminho para o coroamento dos estudos regionais objetivando, assim, uma Geografia “descritiva”, “explicativa” e “construtiva” (O'REILLY, 1946).

A partir da obra de HARTSHORNE (1978) nos Estados Unidos, houve o desenvolvimento de estudos sistemáticos e uma crescente pluralidade de especializações tópicas que acabaram por originar – no Brasil no final dos anos 60 – reações ao paradigma regional que diziam respeito aos meios e métodos da Geografia. A crítica ao “excepcionalismo” da Geografia Regional, implícito nas pro-

posições de Hartshorne, culminou na busca do desenvolvimento de leis geográficas para a distribuição espacial, a fim de que os geógrafos pudessem trabalhar dentro dos cânones do método científico geralmente aceito e libertar-se de seu isolamento acadêmico.

Nesse sentido, a busca de leis geográficas evidenciou um caráter de crítica ao enfoque histórico nas pesquisas geográficas, onde se afirmava que as fases sucessivas de um processo em desenvolvimento não eram eficientes para a compreensão dos mesmos e, assim, a interpretação histórica do “método genético” (CAPEL, 1981; ESTÉBANEZ, 1983) efetivamente era improdutivo.

A partir daí, leis e teorias locais são largamente produzidas, originando inúmeros modelos explicativos que se estabeleceram como uma sistematização das teorias da difusão de inovações (corpo de doutrina que impõe uma ordem temporal rígida) tornado indispensável à interpretação dos fenômenos de localização, com base na **New Geography**.

Em 60 e 70, a qualidade aplicável dos estudos geográficos foi introduzida e divulgada amplamente. A Geografia descobria sua utilidade prática no planejamento, mas a análise temporal permanecia ainda nos moldes tradicionais.

Entre os anos de 60 e 80 duas séries de produções específicas desenvolveram-se, tanto na França, quanto nos EUA, com base no planejamento. Seus desmembramentos irão diferenciar a essência dos estudos derivados, pois uma originou trabalhos extremamente técnicos, pautados na quantificação e na tentativa de elaborar-se uma Geografia Aplicada e, outra, trabalhos extremamente críticos, embasados na denúncia de um mundo desigual e na possibilidade de se construir uma Geografia Ativa.

Dois vertentes foram-se gradativamente consolidando a partir dessa época a exemplo do que acontecia em outros países: uma de caráter técnico e outra de caráter crítico.

O salto que se verificou nos estudos geográficos atuais diz respeito ao seu teor interno. Já não importava tanto a “descrição”, a “explicação” e a “construção” do espaço. A possibilidade conquistada de correlação de fenômenos espaciais, levou-nos a buscar responder sobre as formas espaciais de organizações derivadas e, conseqüentemente, a tentar explicar essas organizações. Tal busca ocasionou o primeiro corte epistemológico que se assistiu na Geografia: um desvio do seu eixo central de preocupação. O corte baseava-se na oposição dos pares aparência e essência a partir da aceitação comum da historicidade nos estudos geográficos.

3.2 – A HISTORICIDADE NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A discussão sobre o caráter do que é histórico, tendo como ponto de partida a atuação do homem e sua sociedade inventada como agentes do processo histórico, possibilitou o aparecimento de novas teorias e novo direcionamento aos estudos geográficos.

A partir da concepção de totalidade, o tempo pas-

sou a ser considerado como movimento total e particular e a consciência desse movimento, enquanto processo, estipulou a condição dinamizadora do movimento histórico universal. A reprodução da sociedade passou, assim, a ser um dado complexo, articulado globalmente. A totalidade subdividiu-se criando seus segmentos e a visão histórica permitiu a sua concreção. A preocupação com os seus processos foi relevante.

A análise da realidade deu-se por sua condição estrutural, e assim, novos agentes analíticos apareceram.

A subjetividade no processo da história, determinou os elementos componentes da realidade social: o espaço encontrou o seu sujeito histórico.

Os homens reais – agentes e sujeitos da história – através da continuidade temporal pré-estabeleceram relações sociais que foram-se modificando. Mas existiram as determinações históricas que impuseram à sociedade e à história o seu próprio tempo, recriando-o no seu cotidiano.

A partir da aceitação do sujeito histórico, as ideologias passaram a ter importância significativa porque auxiliaram e possibilitaram o entendimento dos homens no processo produtivo, e assim, no movimento da sociedade. Elas estipularam-se, na Geografia, como uma crítica.

A crítica ideológica partiu da consciência de que o saber não é neutro.

A questão social foi também colocada a partir da noção das sociedades históricas, onde a natureza passou a ser analisada do ponto de vista da sua socialização.

Assim, o ser social foi concebido a partir do trabalho (divisão territorial do trabalho) que expressou as relações que se davam na produção de bens materiais e a natureza apresentou-se como um produto histórico.

Houve, portanto, toda uma reformulação das relações homem/natureza, onde se estabeleceu a relação sujeito-objeto e conseqüentemente, a produção do espaço.

“... a história é o homem-natureza se autotransformando pela via do trabalho em homem-sociedade, e o espaço, na verdade então espaço-temporalidade, é a forma geográfica de realização desse movimento organizado da história” (MOREIRA... [19..]).

A partir dessa mudança estrutural, o próprio espaço foi rediscutido, pois sendo considerado produto da história, que tem suas determinações históricas, deslocou o sujeito do âmbito da relação história-natureza.

Passaram a ser categorias elementares da análise espacial os modos de produção e a formação econômica e social, onde o modo de produção deu-se como um processo que se desenvolveu na continuidade histórica “de forma contraditória e múltipla, temporal e espacialmente descontínuo, num movimento desigual e combinado” (MORAES, 1986, p. 48) e a formação econômica e social tratou da “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas...” (SANTOS, 1977, p. 82).

Os modos de produção concretizaram-se sobre

uma base territorial historicamente determinada que expressou sempre a sequência impositiva do novo sobre o velho, embora isso não ocorresse plenamente. Já, a formação econômica e social compreendeu uma estrutura produtiva e técnica dada pela distribuição da atividade de produção.

3.3 – O ESTUDO DO TEMPO DO PONTO DE VISTA DA HISTORICIDADE

Alguns geógrafos preocuparam-se especialmente com a concepção temporal nos estudos geográficos. Destacaremos as suas proposições teóricas averiguando a ordem de prioridade em que tais preocupações se pautam e suas respectivas diferenças.

3.3.1 – O tempo nos estudos de Milton Santos

Milton Santos é um teórico de grande influência na Geografia brasileira. Sua obra nos interessa devido a longa preocupação que traz com o conteúdo temporal.

Das contribuições que ele elaborou até agora, merecem destaque a que trata do tempo espacial e a proposta de congruência entre sistemas temporais e sistemas espaciais.

Milton Santos propõe o espaço como um conjunto de formas que estabelecem as relações sociais através do tempo, contendo uma estrutura social de relações presentes manifestas por processos e funções.

“O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.” (SANTOS, 1977, p. 122)

A concepção aí embutida é a de ser o espaço concebido como uma instância social, ou seja, essa estrutura da sociedade apresenta como fato específico a existência das coisas produzidas e as suas relações de coexistência e simultaneidade, ordem ou desordem. Apresenta também o estabelecimento de formas geográficas fixas ligadas ao modo de produção precedente ou ligadas a um de seus momentos.

Entende-se por essa via, o espaço organizado como um resultado concreto de múltiplas variáveis que se integram historicamente, sendo uma estrutura dinâmica que se manifesta pelo fator atrativo do trabalho, do capital, das infra-estruturas, etc. É também reconhecido como resultado da produção, tendo cada atividade uma ordem espaço-temporal.

O espaço é portanto uma realidade objetiva e histórica que se impõe aos indivíduos, um colaborador da reprodução das relações sociais, aparecendo também como mercadoria.

Ao serem mudados os objetos e as formas de produção, a relação do homem com a natureza também já não é mais a mesma, assim como as relações sociais também não o são. Significa dizer que há um novo comando temporal, uma nova organização espacial.

"Ora, cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente." (SANTOS, 1977, p. 163)

Para Milton Santos, a compreensão dos fenômenos só é possível a partir de um enfoque espaço-temporal, onde o tempo se estabelece a partir da noção de espaço relativo ("um sistema de relações, um campo de forças"). Assim, o tempo é tido como uma variável geográfica, não sendo um conceito absoluto, mas relativo; não sendo uma forma perceptiva e, sim, concreta; não sendo seccionado e, ainda, dotado de características particulares.

"O Ser é a sociedade total; o tempo são os processos, e as funções, assim como as formas são a existência. As categorias fundamentais do estudo do espaço são, pois, a totalidade e o tempo; mas o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõem, impondo ao mesmo tempo a categoria da escala, isto é, a noção de fração de espaço dentro do espaço total." (SANTOS, 1977, p. 176)

A sucessão de sistemas espaciais demonstra o valor relativo de cada lugar através da história. Milton Santos identifica, com essa consideração, os sistemas temporais.

Para ele, a idéia de tempo é aliada a uma idéia de sistema, o que significa dizer que nem sempre o passado explica o presente, se a busca da explicação for interessada apenas num elemento do conjunto.

"Como um elemento não pode evoluir isoladamente, nem é capaz de se transformar sem arrastar os demais no movimento, o nosso problema não é o da evolução particular de um elemento, mas o da evolução global." (SANTOS, 1977, p. 208)

Existem as variáveis que introduzem as mudanças e que são dependentes da escala considerada.

O espaço é qualificado diferentemente quando novas variáveis se instalam porque elas estabelecem novas relações e possibilitam a entrada de outras variáveis. O espaço combina, então, o velho com o novo, estabelecendo superposições entre os sistemas.

Para Milton Santos, no estudo do presente é necessário, portanto, considerar os sucessivos sistemas temporais e espaciais, o que significa identificar períodos e isolar fatores dinâmicos próprios, estabelecendo a diferença de idade entre os elementos.

Devido à hierarquia das inovações, as modernizações geram superposição entre vários espaços onde, em cada lugar, as combinações se dão especificamente sendo, essa particularidade, temporal e espacial. Assim, Milton Santos fala de um **tempo espacial** próprio de cada lugar que identifica uma combinação única e assegura a unidade do contínuo e do descontínuo (assincronia dos lugares e sincronia do todo).

Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 250-259

"Dentro de cada sistema histórico as variáveis evoluem assincronicamente; mas o sistema geográfico muda sincronicamente." (SANTOS, 1977, p. 211)

A velocidade de mudança de uma variável não impede a coerência interna de um sistema espacial quando ele é substituído por outro, pois essa variável se recria, já que as variáveis são as mesmas.

Seu estudo avança na medida em que identifica os sistemas temporais apresentados na escala mundial. Cinco períodos de sucessões coincidentes com as modernizações são apresentados por ele:

O primeiro (fins do século XV até 1620) seria referente ao comércio em grande escala, o segundo seria equivalente ao período manufatureiro (1620-1750), o terceiro, permearia a Revolução Industrial (1750-1870), o quarto, o período industrial (1870-1945) e o quinto e presente momento, equivalente ao período tecnológico, que se iniciou no fim da Segunda Grande Guerra, quando a tecnologia (enquanto pesquisa concretizada) subordina as outras variáveis espaciais. O primeiro, quarto e quinto períodos seriam fundamentais para entendermos as modificações ocorridas nos países subdesenvolvidos.

SANTOS (1988c, p. 29) estabelece uma diferença fundamental entre os quatro primeiros sistemas temporais e o quinto, já que no último, "todos os espaços são alcançados imediatamente por um certo número de modernizações".

A organização do espaço acontece em sintonia com os fatores de dispersão e concentração através da história. No presente, esses fatores contribuem para a concentração espacial e "são, essencialmente, o tamanho das empresas, a indivisibilidade das inversões e as "economias" e externalidades urbanas e de aglomeração necessárias para implantá-las." (SANTOS, 1988c, p. 29)

Os fatores de dispersão representam-se pelas condições de difusão de informações e de modelos de consumo. Estes modelos são servidos pelos novos canais de informação, pelos meios modernos de transporte e pela economia modernizada. Através desse entendimento, detecta-se o crescimento interno das cidades e os movimentos migratórios.

A consequência da difusão das modernizações para a organização do espaço foi que "a contiguidade espacial deixou de ser uma condição imperativa" (SANTOS, 1988c, p. 30). A possibilidade de importar inovações incorporadas advindas das inovações induzidas dos países industrializados para os subdesenvolvidos, já não depende dos centros existentes no próprio país, que podem receber inovações incorporadas independente da criação ou da expansão da área de inovações induzidas, devido ao progresso dos transportes e meios de comunicação.

A consequência de uma modernização é gerar um efeito de especialização, passando a existir uma hierarquia espacial.

Milton Santos estipula novo avanço à sua proposta ao sugerir novos conceitos na análise categorial de uma geografia global, quando discute mais detalhadamente a

paisagem do ponto de vista da heterogeneidade do espaço habitado e quando detalha as noções de fixo e fluxo para a análise da configuração territorial. Na questão temática do tempo, mais recentemente introduz a idéia de regime e de rutura. O regime estipula-se pelo conjunto de variáveis que não evoluem homoganeamente mas relacionam-se equilibradamente durante um tempo, devido à existência de uma organização eficaz que impõe regras de ação. Quando a eficácia da organização se perde, a rutura acontece preconizando um "sinal de crise e de passagem a um outro período" (SANTOS, 1988a, p. 83).

Milton Santos vem continuamente reformulando e acrescentando novos detalhes às suas proposições. São inúmeros os textos que poderiam ser mencionados, no entanto, optamos por nos prender aos trabalhos que consideramos ser os de mais longo alcance, expressando significativamente sua contribuição. Essa foi uma síntese das idéias básicas do autor, sendo sua obra, atualmente, bem mais ampla e seu pensamento está além do que aqui expusemos.

3.3.2 – Diferentes visões do tempo na Geografia Humana Brasileira

Vários são os geógrafos que, apesar de não trabalharem especificamente com o tempo, como é o caso de Milton Santos, contribuíram para o avanço desse estudo na Geografia. Seus trabalhos foram averiguados e são aqui apresentados com a preocupação de diferenciarmos pontos de vista, tanto em termos de noção como em termos de desenvolvimento dos conceitos. Assim, dada às inúmeras considerações sobre o tempo que se encontram aqui e ali nas publicações geográficas, aquelas que nos pareceram mais específicas dentro da temática aqui tratada, serão abordadas.

OLIVEIRA (1981) em um artigo publicado em **Novos Rumos de Geografia Brasileira**, defende o avanço dos estudos geográficos a partir da compreensão materialista dialética do espaço e do tempo. Discute inicialmente a luta teórica entre o idealismo e o materialismo dialético, e segue desenvolvendo as concepções de espaço e tempo sob o modo capitalista de pensar.

São verificadas as questões da objetividade do espaço e do tempo; do espaço como extensão, como ordem, princípio e lei de coexistência dos fenômenos; o tempo como duração, como lei de mutação dos fenômenos; a infinitude do espaço e do tempo, sua continuidade e descontinuidade; todas essas questões vistas a partir de vários filósofos e cientistas como Aristóteles, Copérnico, Galileu, Newton, Leibniz, Kant, etc.

Por fim o autor apresenta a concepção materialista dialética do espaço e do tempo, discorrendo sobre a sua essência contraditória, as suas particularidades, a sua natureza infinita, a sua continuidade e descontinuidade, a sua unidade, diversidade e interdependência, defendendo o avanço que tal concepção estabelece para a análise geográfica.

MOREIRA, no artigo **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais** (MOREIRA, 1982), pro-Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 250-259

põe uma discussão sobre o espaço social e o espaço tempo.

Afirma o autor que todo objeto tem uma dimensão temporal e espacial e que os geógrafos abstraíram-se da dimensão temporal em seus estudos ao separarem o espaço do tempo.

Assim, o tempo para Ruy Moreira é espaço-tempo, num movimento dialético, cheio de continuidade e também de descontinuidade. Cada período da história compreende formas específicas de relações de produção.

"A introdução da dialética espaço-tempo nos estudos de geografia é fundamental para compreender-se as leis de movimentos das formações espaciais e seu conteúdo histórico." (MOREIRA, 1982, p. 45)

Os textos de A.U. de Oliveira e de R. Moreira são fundamentais para a compreensão do corte epistemológico ocorrido na Geografia a partir das duas últimas décadas. Oliveira produziu um trabalho crítico onde coloca toda a evolução dos estudos do tempo e, especifica como deve ser considerada a dimensão temporal a partir do materialismo histórico dialético em sua conceituação básica. Moreira discute a descoberta da historicidade nos estudos geográficos, a partir dos pensadores filósofos e geógrafos que a propuseram, estipulando uma nova interpretação histórica. Assim, nenhum trabalho que se pretenda também temporal deve ser concebido sem tais leituras.

Armando Corrêa da Silva, geógrafo preocupado com a questão da liberdade e do lugar, faz considerações importantes a respeito do tempo nos estudos geográficos. Afirma que é preciso tomar o espaço em si como ocorrência material, como espaço absoluto, relativo e relacional, situando a questão do tempo quando especifica o movimento.

O seu ponto de partida é o espaço ontológico, o Ser como espaço e o espaço do Ser relacional. Assim, o movimento das coisas terão significação especial para esse geógrafo, cujo método nos leva ao centro de suas questões onde radica a problemática da existência humana.

Sua proposição volta-se para os homens que dão vida e sentido ao espaço. Mas esse homem é uma entidade individual, social, fálvel, angustiante, solitária, alegre, quer dizer, cheia de atributos humanos, emocionais e racionais. Assim, o espaço adquire também essa dimensão humana.

A sua teoria visa uma maneira de considerarmos tal enfoque nas análises geográficas: a "Ontologia Analítica".

"O pensamento, como movimento da estrutura, ou estrutura em movimento, ou, ainda, como movimento-estrutura – ganha concretude na materialidade da idéia. A idéia espacializa-se. Daí, que a idéia espacializada passa a sobrepor-se à consciência para-si e para outro."

Surge a possibilidade da teoria, na ontologia do espaço." (SILVA, 1986, p. 54)

Espaços e tempos são diferentes, anormais e desiguais, sendo atributos da sociedade, que continuamente se transforma. Assim, toda a mudança externa experimenta uma mudança interna.

"Mudar o lugar é mudar a consciência; mudar de lugar é mudar a consciência." SILVA, 1986, p. 54)

A dialética existente entre a produção do lugar e do ser, estabelece um conceito e uma comunicação particularizada e universal, dado à equivalência dos lugares. Assim, o movimento é espaço-temporal e ultrapassa, a cada mudança, a sua determinação.

A Geografia estuda os corpos a partir da dimensão do tempo presente e por causa disso, estabelece seu elo com o passado e o futuro, pois o espaço em movimento é mudança.

"O movimento do espaço e do tempo presente no espaço move-se, em Geografia, da unicidade para a dependência, para a equivalência. Por isso, expressar o espaço e o tempo em Geografia é realizar a análise dos lugares e das relações." SILVA, 1986, p. 99)

Acredita o autor, que não existem relações espaciais, mas relações entre corpos em contínua movimentação no espaço. Essa é a dinâmica que possibilita a transformação das coisas nos lugares onde se dão.

"Por isso, ainda, o lugar e a relação são, como dados, uma totalidade complexa de contradições, que se resolvem como sociedade em movimento, no lugar e, por isso, do lugar." SILVA, 1986, p. 100)

Estabelecida essa determinação do movimento do ser, o conceito e o discurso aparecem ("linguagem-conceito") expressando-se na História e na Historiografia. Se aparecem, expõem-se ficando sujeitos – o conceito e o discurso – à consciência, às determinações do movimento e da transformação, sujeitos à uma nova conceituação, portanto.

Notamos a preocupação do autor, no que diz respeito a uma determinação consciente das dimensões espaço-temporais, o que significa dizer que ele inclui a dimensão subjetiva do espaço e do tempo em seus estudos, embora essa não seja determinante. Sua preocupação está no valor referencial e diferencial que os lugares adquirem, em função dos elementos internos e externos que lhe caracterizam a existência em diferentes épocas.

"É que, por isso, o movimento da estrutura se põe, ao mesmo tempo, como estrutura em movimento. Isso quer dizer que o espaço é tempo

do espaço e o tempo é o espaço do tempo. Mas esse espaço-tempo é um espaço-tempo alheio – para si – ou um espaço-tempo exterior – para outro. A ação consciente torna-se sobreconsciente e se põe como referência." SILVA, 1986, p. 54)

Devemos observar que mencionamos aqui, as idéias básicas do autor, cujas proposições em muito já avançaram.

Em artigo publicado na revista Terra Livre, RIBEIRO (1988) considera, a partir das transformações que o modo de produção capitalista trouxe às relações entre as pessoas e, especialmente, a partir da venda da força de trabalho da classe trabalhadora, a perda da livre escolha do que fazer com o seu tempo, ritmo e produção. Sua preocupação é com o controle estabelecido pelos poderes que se aproveitam das tecnologias para imprimir na realidade materializada um ritmo próprio ao capital e às relações que se estabelecem.

Constitui-se também um trabalho diferenciado, na medida em que parte "do pressuposto que o espaço produzido é a materialização do tempo, através do trabalho dos homens. E que o tempo tem na gênese do espaço, um aspecto objetivo, que é o contato com o espaço, e outro subjetivo, que se passa na produção do tempo, através do pensamento." (RIBEIRO, 1988, p. 46)

O autor considera o tempo do trabalho, sua apropriação e o tempo livre como embaixadores do tempo social.

Mais recentemente, em artigo publicado no Boletim Paulista de Geografia, RODRIGUES (1989) parece estabelecer uma outra vertente na produção de estudos que consideram o tempo.

Esse trabalho, fundamenta-se na investigação do tempo livre do trabalhador que foi apropriado como parte de um projeto de controle social pelas ideologias políticas dominantes, desde a Segunda Guerra Mundial. Estabelecido como férias e redução da jornada de trabalho, o tempo livre é analisado através das conquistas por parte dos trabalhadores e também pela necessidade dos empresários de controlar a produção e o desemprego. Hoje, esse tipo de controle do tempo livre é principalmente projetado pelas empresas de turismo, enquanto apropriação e dominação. O tempo livre aqui, é tratado como tempo social.

3.4 – O TEMPO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA ATUAL: CONSIDERAÇÕES

As transformações espaciais assistidas na atualidade chegam a ser desconcertantes e um esforço maior por compreendê-las tem sido feito via a análise do trabalho, da apropriação e do poder.

A Geografia parece ter-se disposto a reformular também as questões temporais no presente período. Isso vem sendo assistido desde a década de 80, mas sua expressão maior enseja tomar vulto agora.

É evidente a pluralidade de pontos de vista que vão

desde a preocupação com superposições temporais, aqueles atentos para a velocidade dos acontecimentos, até os que se estabelecem via o cotidiano do trabalho e das relações sociais.

Vimos que a dimensão temporal nos estudos geográficos evolui a partir da concepção da historicidade dos processos espaciais. Isso porque a historicidade estipulou a totalidade desses processos, passando a considerá-los como movimentos totais e particulares, complexos e articulados. A visão histórica foi quem permitiu agregá-los.

A proposta de Milton Santos volta-se para a preocupação de periodizar essa totalidade, colocando os movimentos particulares em consonância com os movimentos do todo. Acredita que esse esforço nos leva a mais exata compreensão das estruturas e processos espaciais.

Assim, as variáveis modernizadoras, que são temporais e espaciais, têm importância fundamental pois elas indicam e causam as mudanças. Portanto, devem ser identificadas e isoladas a fim de podermos apreender o tempo espacial próprio de cada lugar.

Mas este não é um trabalho fácil porque as variáveis são e têm temporalidade, o que significa dizer que quando lidamos com processos dinâmicos as variáveis se fundem, confundem e transformam-se. Então, elas estão camufladas temporal e espacialmente. SANTOS (1988c, p. 23) soluciona o problema:

"Em meu caso, o objetivo é o de encontrar, através da História, secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações. Cada um desses períodos representa, no centro do sistema, um conjunto coerente de formas de ação sobre os países da periferia. A evolução dos espaços periféricos toma, então, em cada período, caminhos similares."

Como podemos perceber, o comportamento dos movimentos particulares possibilitará a identificação das variáveis modernizadoras significativas, embora o ponto de partida seja sempre o movimento total.

Para SILVA (1986), a questão central está na apreensão dos processos espaciais. Significa dizer que seus estudos preocupam-se com o funcionamento da operação mental quando nos propomos a uma análise espacial e quando temos algo a dizer sobre ela. Nesse sentido, o tempo em seus estudos apresenta-se como uma determinação do movimento e do momento dos corpos no lugar, tendo importância na medida em que apreende as transformações espaciais em sua temporalidade também. O tempo e o espaço são, portanto, relacionais.

O tempo sobrecarrega-se de atributos subjetivos, assim como o espaço, pois sua relação está cheia de elementos perceptivos, psicológicos e cotidianos. É por isso que o lugar e as suas relações têm privilégio nos estudos desse geógrafo. Cada lugar, é para ele, uma totalidade complexa, atual e em constante movimento.

Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 250-259

Com relação ao trabalho de RIBEIRO (1988) e RODRIGUES (1989), poderíamos falar no estabelecimento de estudos microtemporais na Geografia, ou seja, análises que consideram uma pequena faceta das séries temporais existentes ou de sua apreensão. Não significa dizermos que tais trabalhos são inexpressíveis, pelo contrário, evidenciam uma tendência promissora nos estudos geográficos que podem contribuir significativamente para o avanço das análises geográficas.

4 – CONCLUSÃO

Vimos os problemas referentes a uma determinação dos estudos temporais, como esses estudos se deram na Geografia até os dias atuais e quais as estruturas sociais do presente onde a análise temporal deve evoluir.

Duas séries de observações fazem-se necessárias, portanto.

Uma, diz respeito aos estudos que investigam a sociedade enquanto uma estrutura particular. Fazem parte desses estudos, aqueles que consideram o cotidiano das cidades, do campo, das fábricas, dos micropoderes, etc., considerando, inclusive, o seu imaginário coletivo. Os fenômenos espaço-temporais quando aí considerados, adquirem dimensões muito próprias.

Outra, diz respeito aos estudos que delimitam uma estrutura de acontecimentos globais e sua configuração social, que finalizam a detecção de eventos espaço-temporais de mais larga abrangência, que darão suporte ao entendimento de variáveis menores.

O certo, é que o incessante e acelerado avanço das descobertas científicas e técnicas e a inter-relação cada vez mais forte entre elas, dificulta a análise dos efeitos que produzem. As consequências positivas e negativas deste complexo processo não resulta em algo simples.

As pesquisas se fazem avançadas na Geografia, porém, devemos esperar que as contribuições sejam enriquecidas, dado aos ágeis e complexos atributos cada vez introduzidos mais intensamente no espaço.

Em Geografia, todos admitem, o tempo presente – seu entendimento e disposição – é uma das categorias analíticas de primeira ordem. Trabalha-se com os acontecimentos na dimensão do presente.

Em que medida o passado interessa? Essa questão, embora muito discutida pela Geografia Clássica, não foi suficientemente detalhada, e por isso entendemos que os abusos ocorridos no tratamento histórico dos fenômenos espaciais, deram-se devido a essa falta de esclarecimento.

A Geografia atual parece resolver esse problema quando estabelece o passado que interessa, aquele que se apresenta como indício para o entendimento do presente: o passado do modo de produção capitalista. Levantando sua evolução, seus dados e subperíodos, fundamenta-se para a compreensão mais aprofundada do presente.

Mas o tempo passado acompanhou a peculiaridade da fragmentação dos espaços, resultando, da mesma maneira, fragmentado. Essa consideração tem se coloca-

do mais enfaticamente, estando os geógrafos preocupados em subdividir o tempo de acordo com os acontecimentos espaciais. Demonstramos, por exemplo, a periodização de SANTOS (1988) e a análise fragmentar de RODRIGUES (1989).

Quando trabalhamos com a fragmentação do espaço, a problemática adquire uma maior dimensão. A consideração sobre os lugares (para Armando C. da Silva) ou subespaços (para Milton Santos), remete, pois, a um entendimento que se coloca como muito próprio, já que estipula a constituição de um universo de elementos únicos e agregadores.

A dúvida a que chegamos é sobre a existência de uma teoria que consiga dar conta, ao mesmo tempo, das realidades maiores e menores da totalidade-mundo.

Ainda, vimos que o problema do tempo levanta questões de ordem cognitiva e que se referem, em primeiro lugar, à sua região de existência. Se o admitimos como um fenômeno objetivo, o resultado da análise apresenta-se diferenciado daquele em que o tempo se estabelece a partir de regiões subjetivas.

Há uma outra questão que nos parece importante destacar.

Alguns geógrafos, como por exemplo Milton Santos, trabalham com o tempo histórico na medida em que se preocupam com uma periodização. Esse é um dos critérios de suas análises.

Outro critério que se faz necessário distinguir, é que eles trabalham, também, mas com características diferenciadas, com as variáveis que têm qualidades espaço-temporais. Significa que essas variáveis, no tempo, transformam (no espaço) o velho em novo (misturam-se, além disso), mas são também, elas próprias, velhas e novas em sua temporalidade.

Essa consideração, nos levou à compreensão de que uma coisa é situarmos a pesquisa no tempo e, outra bem diferente, é considerarmos, na análise, a temporalidade dos elementos com os quais trabalhamos.

Creemos que os problemas aparecem mais fortemente nessa última situação porque os elementos, além de serem e estarem camuflados em sua ordenação e estabelecimento, são substituídos e novamente introduzidos no espaço com agilidade e rapidez, impondo dificuldades para serem trabalhados.

Nesse âmbito, as questões temporais mais se complicam, pois a vida moderna é vasta de elementos temporais. Estamos ainda por fazer tal distinção.

As variáveis espaço-temporais são múltiplas e devem ser melhor detectadas, mas os elementos temporais estão por se construir. Sabemos que existem, admitimos sua existência e, no entanto, perguntamos quais são. Não sabemos como enumerá-los, como ordená-los e sistematizá-los.

Obtivemos indícios:

- 1) no tempo das trajetórias e nas suas consequências;
- 2) nas técnicas de controle do tempo e nas suas consequências;
- 3) na simultaneidade característica do nosso tempo: simultaneidade das informações, da imagem, dos acontecimentos, das relações e suas consequências;
- 4) na idéia de "encurtamento" do tempo referida à própria temporalidade de nossa época;
- 5) na questão dos referenciais ou como preferem alguns autores desreferenciais, que nos leva a identificar uma temporalidade diferenciada;
- 6) na questão dos ritmos impostos à vida moderna, que estabelece um andamento próprio do cotidiano e apresenta-se repleto de símbolos e alegorias tecnológicas.

Uma vez que esse trabalho tenta se estabelecer como uma síntese, esforçamo-nos para que ofecesse uma visão generalizada dos problemas que envolvem a análise temporal, visando a Geografia Humana e suas perspectivas. Esperamos que algumas dessas sugestões possam vir a contribuir na formulação propostas de trabalho em ramos mais amplos da pesquisa. Esta é a expectativa que formulamos aqui.

SALVI, R. The Studies of the Time in the Brazilian Human Geography. *Semina: Ci. Soc./Hum.*, Londrina, v. 15, n. 3, p. 250-259, Sept. 1994.

ABSTRACT: *This work aims to understand the conceptions of Time in Brazilian Human Geography, since classical school to the present day, with special emphasis on the propositions of Milton Santos among other contemporary geographers.*

KEY-WORDS: *Geography, Time, Temporality, Space, History, Historicity, Evolution of geographical knowledge, Geography epistemology.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. *As Duas Faces do Tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

ANDRADE, M.C. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. Campinas: Papyrus, 1989.

Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 250-259

ARIES, P. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BALASTRERI, A.A. *Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 67, 1989. Semestral.

- BRAUDEL, F. *Écrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- CAPEL, H. *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARVALHO, D. de A. *Orientação Moderna*. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, mar. 1944.
- , D. de A. *O Sentido Geográfico*. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, jul. 1944.
- CENTRO CULTURAL DE CHÂTEAUVALON. *Une Leçon d'Histoire de Fernand Braudel*. Paris: Les Editions Arthaud-Flammarion, 1986.
- COSTA, R.H. *Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade*. *Terra Livre*, São Paulo, n. 7, 1990.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- ESTÉBANEZ, J. *Tendencias y Problemática Actual de la Geografía*. Madrid: Editorial Cincel, 1983.
- FOCK, V. *The Theory of Space, Time and Gravitation*. Oxford: Pergamon Press, 1966.
- FRIEDMANN, G. *Le Travail en Miettes, Spécialisation et Loisirs*. Paris: Gallimard, 1964.
- GEORGE, P.; GUGLIEMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. *A Geografia Ativa*. Difusão Européia do Livro, 1968.
- GRÜNBAUM, A. *Espaço e Tempo*. *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.
- HARVEY, D. *Explanation in Geography*. London: Edward Arnold, 1973.
- KUHN, T.S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LACEY, H.M. *A Linguagem do Espaço e do Tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- LACOSTE, Y. *La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la Guerre*. Paris: Editions La Découverte, 1985.
- MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MORAES, A.C.R. *Historicidade, Consciência e Construção do Espaço: notas para um debate*. IN: SOUZA, M.A. de; SANTOS, M. *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- MOREIRA, R. (Org.). *Geografia: Teoria e Crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOREIRA, R. *Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988)*. [s.l.]: [19..]. Xerox.
- MUMFORD, L. *The myth of machine*. Nova York: Brace and World, 1966.
- OLIVEIRA, A.U. de. *Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética*. IN: SANTOS (Org.). *Novos rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- O'REILLY, H. *A Geografia e o Homem*. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, jul. 1946.
- QUAINI, M. *A Construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RIBEIRO, W.C. *Relação Espaço/Tempo: considerações sobre a Materialidade e Dinâmica da História Humana*. *Terra Livre*, São Paulo, n. 4, 1988.
- SANTOS, M.; SOUZA, M.A. de (Orgs.). *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, 1977.
- . *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro, 1979.
- . *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- . *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- . *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988a.
- . *O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica*. *Terra Livre*. São Paulo, n. 5, 1988b.
- . *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1988c.
- . *A Revolução Tecnológica e o Território: Realidades e Perspectivas*. *Terra Livre*. São Paulo, n. 9, 1991.
- SILVA, A.C. da. *A Geografia e a Questão da Forma*. *Seleção de Textos*, São Paulo, 1983.
- . *Fenomenologia e Geografia*. *Orientação*, São Paulo, n. 7, 1986.
- . *De Quem é o Pedaco? Espaço e Cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- . *O Espaço fora do Lugar*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- . *Ponto de Vista - O Pós-Marxismo e o Espaço Cotidiano*. *Terra Livre*. São Paulo, n. 7, 1990.
- . *Ontologia Analítica: teoria e método*. *Terra Livre*. São Paulo, n. 9, 1991.
- SOUZA, M.A. de; SANTOS, M. (Orgs.). *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SZAMOSI, G. *Espaço e Tempo: as dimensões gêmeas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Recebido para publicação em 4/4/1994.